



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8889 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

As parcerias empresariais na colonização da educação pública

Regis Eduardo Coelho Argüelles da Costa - UFF - Universidade Federal Fluminense

As parcerias empresariais e a colonização da educação pública

RESUMO: O presente trabalho buscou analisar a Parceiros da Educação (PdE), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) sediada em São Paulo. Trata-se de uma instituição que busca mediar parcerias celebradas entre empresários ou empresas e escolas públicas, com o objetivo de implementar um programa de intervenção em diversas dimensões da escola, elaborado pela PdE. A investigação aqui apresentada buscou categorizar a estrutura organizativa da OSCIP, através da análise da composição de seu Conselho Executivo, de 2009 a 2013. Os resultados demonstraram que a PdE é uma associação dirigida por representantes bastante significativos da burguesia que atua no Brasil, especialmente do capital financeiro. Suas conexões no Estado ampliado sugerem uma ampla rede de poder envolvida na colonização da educação pública, cujos tentáculos envolvem instituições como o Todos pela Educação, partidos políticos e postos chave no aparato de Estado.

Palavras-chave: Empresariamento da educação. Parceiros da Educação. Políticas educacionais. Estado.

Introdução

No campo da educação, a literatura que investiga o empresariamento da escola pública e das políticas educacionais assinala que as interferências e transformações provocadas pela “parceria” com o setor privado são substantivas. Há impactos na formação, na autonomia, no salário e no regime de trabalho dos profissionais da educação; no financiamento e gestão da escola e dos sistemas educacionais; na oferta de matrículas; e no currículo (ADRIÃO e PERONI, 2005, 2008; FREITAS, 2012). Tudo isso, é claro, envolve uma ampla rede de poder que visa incrustar a lógica competitiva do mercado em todas as relações que compõem a educação formal.

Nosso interesse repousa na investigação das estruturas de poder da classe dominante que disseminam e implementam um conjunto de diretrizes para a educação pública, a partir da análise dos APHs e seus intelectuais orgânicos. A fim de contribuir com essa tarefa, o presente trabalho apresenta uma pesquisa sobre a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) paulista Parceiros da Educação (PdE). Fundada em 2004 pelo banqueiro Jair Ribeiro, essa OSCIP tem por objetivos melhorar a qualidade da educação oferecida pelas escolas públicas mediando parcerias entre empresas e empresários com essas escolas, e influenciar as políticas educacionais.

Considerando que a atuação política da PdE se dá em diversos planos, voltaremos nossa atenção para um desses aspectos. Buscar-se-á categorizar o APH a partir de sua posição

de classe e de suas articulações com o Estado, a partir de uma análise da composição de seu Conselho Administrativo entre 2009 e 2013. Procura-se compreender qual ou quais setores empresariais compõem a PdE, quem são os intelectuais que dirigem o APH, e quais são suas conexões na sociedade civil e política.

A Parceiros da Educação: empresários adotam escolas públicas

A OSCIP Parceiros da Educação, com sede em São Paulo e Rio de Janeiro, foi fundada em 2004 pelo banqueiro Lair Ribeiro (Banco Indusval & Partners), e seus objetivos declarados são a melhoria da qualidade da escola pública e o de poder influenciar as políticas educacionais. A Parceiros da Educação mantém hoje parcerias com 150 escolas do estado de São Paulo, distribuídas entre instituições estaduais e municipais.^[1]

O modelo de parceria estabelecido pela PdE busca identificar, de um lado, empresas e empresários com vontade de investir na educação pública e, de outro, escolas públicas que tenham interesse e potencial em estabelecer parcerias com a iniciativa privada. Atualmente existem diferentes modelos de parceria com os empresários ou empresas que pretendem se integrar ao projeto do APH, nos quais podem adotar uma ou mais escolas, de acordo com a capacidade de investimento de cada um. Todavia, no período analisado por esse estudo (2009-2013), existiam apenas diferenças do montante a ser investido pelo empresário ou empresa na parceria. Esses recursos são geridos pela PdE na execução das parcerias.

Feita a mediação pela PdE e celebrada a parceria, o próximo passo é a construção de um Plano de Ação a partir de quatro eixos: pedagógico, gestão, comunitário e infraestrutura. Como pode-se perceber pelos eixos, a proposta da Parceiros almeja uma intervenção significativa na escola pública. Sublinha-se que eles são definidos pela própria OSCIP, que informa que os eixos fazem parte do Programa Parceiros da Educação.

Os circuitos da hegemonia da Parceiros da Educação

A estrutura organizacional da PdE é constituída pelo “Conselho”, que reúne empresários “lideranças do setor privado (...) que traduzem como deve ser o compromisso da sociedade com o país”^[2], e o “Time”, que são os funcionários da empresa. No período estudado (2009-2013), além do Conselho, foi estabelecida uma coordenadoria geral. Dois dos 11 conselheiros são “membros” executivos, ou seja, são aqueles que coordenam mais diretamente o APH. No Quadro 1, abaixo, apresentamos o resultado da análise desses intelectuais orgânicos.

Quadro 1 – Rede de intelectuais da Parceiros da Educação

Intelectual^[3]	Parceiros da Educação	Área de atuação	Conexões no Estado Ampliado^[4]
J.R.	Fundador	Capital financeiro	ANBIMA (Conselheiro)
	Conselheiro	Comércio exterior	BRASSCOM (Conselheiro)
	Coordenação Executiva	(Indusval, Banco Intercep)	Casa do Saber (Conselheiro) Conselho Estadual de Educação-SP (Conselheiro Ed. Básica)

A.M.D.	Conselheira Coordenação Executiva	Capital financeiro Educação (Península Participações, Instituto Singularidades)	Todos Pela Educação (fundadora) Instituto Península (fundadora) Instituto Pão de Açúcar (fundadora) Campanha presidencial de Geraldo Alckmin de 2018 (autora das propostas para a área de educação)
M.H.G.C	Coordenação Executiva	Professora universitária (UNICAMP)	INEP (Presidenta) Secretária de Educação do Estado de SP Secretária de Assistência Social do Estado de SP Secretária executiva do MEC ABAVE (Comitê científico) Todos pela Educação UNESCO (Comitê educacional) OCDE (Comitê educacional)
D.A.	Conselheira	Capital financeiro Educação (BBD Participações, Fundação Bradesco)	Todos pela Educação Fundação Roberto Marinho (diretora) Programa Alfabetização Solidária GIFE (conselheira)
F.B.	Conselheiro	Capital financeiro (Itaú BBA)	Instituto Acaia (fundador) Partido Novo (principais doadores) Todos Pela Educação
N.G.	Conselheiro	Comunicação e Marketing (Grupo ABC de Comunicação)	Assoc. Empreendedores Amigos da UNESCO (presidente) Clinton Global Initiative (membro) World Economic Forum (membro) Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Governo Temer)
P.B.	Conselheiro	Capital financeiro (Rio Verde Investimentos)	Fletcher School of Law and Diplomacy Tufts University (Conselheiro) Instituto ABCD (Conselheiro) Incheon Center for International Cooperation and Exchange (Conselheiro)
R.S.	Conselheiro	Capital financeiro (Banco BTG Pactual)	Banco PAN (conselheiro) MercadoLivre.com (conselheiro) FEBRABAN (conselheiro)

Fontes: Currículos disponíveis na Plataforma Lattes (lattes.cnpq.br) e no LinkedIn (linkedin.com). Elaboração do autor.

O primeiro achado que nos chamou a atenção foi que a ampla maioria dos

Conselheiros está ligada ao mercado financeiro – bancos, securitização, gestão de investimentos, etc. É evidente que o fato do fundador ser um banqueiro é um dos fatores explicativos, mas podemos ir além dessa causalidade simples. Se considerarmos o peso das instituições representadas no Conselho da PdE – Itaú BBA, Bradesco, Porto Seguro, BTG Pactual, Península Participações – podemos inferir a relevância de um APH como o PdE, que congrega boa parte da burguesia financeira que atua no Brasil. Ademais, esse conjunto demonstra como o interesse concreto desse setor em intervir diretamente nas políticas educacionais.

A direção do aparelho está sob a responsabilidade dos 3 coordenadores executivos, cujas conexões no bloco histórico merecem uma análise mais detida. Dos 3, o que tem menos experiência na área educacional é justamente o fundador da PdE. A participação em APHs empresariais não é, contudo, estranha ao banqueiro, haja vista sua experiência nos conselhos da ANBIMA e da BRASSCOM. É importante assinalar o seu assento na Câmara de Educação Básica do Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP), desde 2009. Além de ressaltar suas relações com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que governa o estado de São Paulo por quase três décadas, sua participação no CEE-SP indica o grau de prestígio da atuação do PdE no campo educacional de um dos estados mais importantes da federação.

As duas figuras que dirigem o PdE ao lado de Jair Ribeiro são exemplos *stricto sensu* de intelectuais orgânicas da burguesia para a educação. A empresária Ana Maria Diniz tem ligações com uma instituição privada de educação superior, o Instituto Singularidades, além de ser fundadora do Todos pela Educação, o APH que congrega os mais relevantes sujeitos coletivos e individuais do empresariado que visam interferir nas políticas educacionais. Além disso, Diniz fundou outros 2 APHs voltados para a educação, o Instituto Pão de Açúcar e o Instituto Península, e foi a autora do programa de educação da candidatura de Geraldo Alckmin (PSDB) à presidência da república, em 2017.

Por último, a coordenadora executiva Maria Helena Guimarães de Castro, ex-professora da UNICAMP. Ela é uma destacada intelectual orgânica da burguesia que opera na articulação entre os dois planos estruturais do Estado. A professora já ocupou uma série de cargos de relevo no aparato de Estado, como a presidência do INEP durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e a secretaria executiva do MEC durante o mandato de Michel Temer (PMDB). Guimarães de Castro também possui relações com APHs supranacionais que figuram dentre os grandes formuladores e divulgadores da agenda empresarial para a educação pública, tais como a OCDE e a UNESCO, e com diversos APHs nacionais que sistematizam e implementam essa agenda, como o já citado Todos pela Educação e a ABAVE.

A análise da atuação dos três coordenadores da PdE aponta para uma característica fundamental do exercício da hegemonia, que são as articulações construídas pelos intelectuais orgânicos e sujeitos coletivos na sociedade civil e política. O conjunto das articulações apontam, no campo da práxis política, para as necessidades estratégicas de dominação de classe e para a indissociabilidade dos dois planos superestruturais do Estado, conforme ressaltou Gramsci (2000). A densidade das articulações encontradas confirma, portanto, o papel de relevo deste APH na sistematização e divulgação da agenda empresarial para a educação.

Quanto aos outros conselheiros da PdE listados no Quadro 1, o padrão de conexões observado na análise dos coordenadores é bastante parecido. Sublinham-se as ligações com APHs hegemônicos, nacionais e internacionais, ligados à educação, como o já mencionado Todos pela Educação, a Fundação Roberto Marinho, a UNESCO e o Instituto ABCD. Os

conselheiros também atuam ou atuaram em espaços como o World Economic Forum, o GIFE e a FEBRABAN, todos eles aparelhos burgueses de relevo. Por último, destacamos a relação orgânica de um conselheiro com o Partido Novo, partido cuja plataforma está intrinsecamente alinhada com a agenda empresarial para a educação.

Considerações finais

O PdE exerce uma função importante na estratégia de colonização burguesa das políticas educacionais através de suas “parcerias” com a escola pública. É um movimento que visa executar a agenda empresarial para a educação, algo como o braço executivo do Todos pela Educação. Sua ambição é a de interferir decisivamente na essência da educação formal. Além disso, contribui para a coesão de classe ao retroalimentar a ideia de responsabilidade social do empresariado, à medida que conclama empresários e empresas a “adotarem” uma escola pública em nome da melhoria da qualidade do serviço educacional.

O estudo aponta que, a despeito de serem divulgadas sob a denominação de “parcerias”, tal categorização não se coaduna com a realidade. A ideia de parceria supõe a existência de uma horizontalidade de relações entre os parceiros, ou seja, uma disponibilidade de ação conjunta que se aproximaria de ideais democráticos de gestão da educação. Todavia, à medida que as ações de APHs como a PdE são portadoras de uma agenda elaborada fora da escola, a qual interfere profundamente em seu cotidiano, parece que se está diante de uma relação decisivamente hierarquizada entre os dois “parceiros”. É por isso que este trabalho defende que trata-se, na verdade, de um processo de colonização da educação pública pela agenda empresarial, com objetivos claros de dominação do processo educativo e neutralização das resistências.

Referências Bibliográficas

ADRIÃO, Theresa e PERONI, Vera (orgs.). **O público e o privado na Educação: interfaces entre Estado e sociedade**. São Paulo: Xamã, 2005.

ADRIÃO, Theresa e PERONI, Vera (orgs.). **Público e privado na Educação: novos elementos para o debate**. São Paulo: Xamã, 2008.

FREITAS, Luiz C. de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**, v. 33, n. 119, 2012. p. 379-404.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 2: Os intelectuais – o princípio educativo – Jornalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

[1] As informações divulgadas nesse parágrafo e nos seguintes estão disponíveis em www.parceirosdaeducacao.org.br, acessado em 20 de fevereiro de 2021.

[2] De acordo com www.parceirosdaeducacao.org.br, acessado em 20 de fevereiro de 2021.

[3] Os nomes dos intelectuais foram abreviados no Quadro 1 por questões de espaço. São eles: Jair Ribeiro (J.R.), Ana Maria Diniz (A.M.D.), Maria Helena Guimarães Castro (M.H.G.C.), Denise Abreu (D.A.), Fernão Bracher (F.B.), Nizan Guanaes (N.G.), Paulo Bilyk (P.B.) e Roberto Sallouti (R.S.). Vale lembrar que as áreas de atuação econômica dos dirigentes da PdE se refere ao período estudado (2009-2013). Nizan Guanaes, por exemplo, não está mais à frente do Grupo ABC de Comunicação.

[4] Foi dada a preferência ao registro das siglas no Quadro 1, por questões de espaço. As associações selecionadas para o Quadro 1 não estavam necessariamente vigentes durante o período investigado. No caso, entende-se que a existência atual ou pregressa da associação do intelectual com um APH ou uma instituição do aparato de Estado já se configura como um índice considerável de sua atuação política.